



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), DO SEU REAL PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES

REQUERIMENTO N º DE 2023

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO as desembargadoras Lígia Ramos Cunha e Ilona Márcia Reis.

Prezado Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão seja CONVOCADO as desembargadoras Lígia Ramos Cunha e Ilona Márcia Reis, na qualidade de testemunha.

JUSTIFICATIVA

E O Ministério Público Federal (MPF) denunciou desembargadoras, juiz e outras cinco pessoas por corrupção passiva e ativa e lavagem de dinheiro.

Todos os denunciados são investigados na Operação Faroeste – que apura a venda de decisões judiciais para legalização de terras no oeste baiano. A nova denúncia foi apresentada pelo MPF em dezembro de 2020, a partir de indícios de novas provas. Na denúncia, o MPF pede a perda da função pública, nos casos que se aplicam – como a desembargadora e o juiz. No documento o MPF também requere a perda de produtos dos crimes, em um valor mínimo de R\$ 1.136.899,90, com juros e correção.

As desembargadoras Lígia Ramos Cunha e Ilona Márcia Reis, são alvos da Operação Faroeste, também estão presas em decorrência das investigações. Elas foram detidas preventivamente porque, segundo o MPF, há risco de ocultação ou destruição de provas que incriminem as magistradas.

Lígia Ramos chegou a ter prisão convertida em domiciliar concedida no dia 15 deste mês, mas voltou a ser presa preventivamente. Ela foi transferida para um presídio no Distrito Federal nesta segunda-feira (21).

De acordo com a defesa da desembargadora, ela está detida em um batalhão anexo da Polícia Militar, em uma sala de estado maior, que é uma prisão para autoridades. O advogado de Lígia Cunha não informou em qual unidade prisional fica esse batalhão.

Apresentação: 23/05/2023 09:55:37.420 - CPI/MST

REQ n.85/2023



O mesmo pedido de prisão preventiva foi feito em relação à desembargadora Ilona Reis. O G1 não conseguiu contato com a defesa de Ilona Reis até a publicação desta reportagem, para saber se ela já está em uma unidade prisional.

Operação Faroeste

A investigação aponta a existência de um suposto esquema de venda de decisões judiciais por juízes e desembargadores da Bahia, com a participação de membros de outros poderes, que operavam a blindagem institucional da fraude.

O esquema, segundo a denúncia, consistia na legalização de terras griladas no oeste do estado. A organização criminosa investigada contava ainda com laranjas e empresas para dissimular os benefícios obtidos ilicitamente.

Há suspeitas de que a área objeto de grilagem supere os 360 mil hectares e de que o grupo envolvido na dinâmica ilícita tenha movimentado cifras bilionárias.

Antes da operação do dia 14 de dezembro, a quinta fase da Operação Faroeste ocorreu no dia 24 de março deste ano. Na ocasião, a Polícia Federal cumpriu 11 mandados expedidos, três deles de prisão temporária e outros oito de busca e apreensão.

A cantora Amanda Santiago, filha da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, ex-presidente do TJ-BA, também foi um dos alvos de mandados de busca e apreensão da nova etapa da operação Faroeste. A desembargadora Maria do Socorro Santiago está presa desde novembro do ano passado, quando foi alvo de um desdobramento da Operação Faroeste.

A primeira fase da operação ocorreu em 19 de novembro de 2019, com a prisão de quatro advogados, o cumprimento de 40 mandados de busca e apreensão e o afastamento dos seis magistrados.

Para tanto solicitamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões,

de 2023.

Dep. NILTO TATTO (PT/SP)

Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)

Dep. PAULÃO (PT/AL)

Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)

Dep. CAMILA JARA (PT/MS)

Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)

Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)

Dep. MARCON (PT/RS)



* C D 2 3 6 0 7 7 9 3 0 4 0 0 *



Requerimento (Do Sr. Nilto Tatto)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO as desembargadoras Lígia Ramos Cunha e Ilona Márcia Reis.

Assinaram eletronicamente o documento CD236077930400, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. Paulão (PT/AL) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV

